



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0007497-65.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Simone Rodrigues dos Santos**  
 Requerido: **Sorocred Crédito Financiamento e Investimento Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito levada a cabo pela ré.

Esclareceu que lhe devia determinada importância, mas realizou acordo e quitou integralmente o débito pendente de modo que nada mais justificava aquele ato.

Pleiteou por isso a exclusão da negativação e o recebimento de indenização para reparação dos danos morais que experimentou.

As alegações da autora estão demonstradas a fls. 26/27, extraindo-se daí que recebeu proposta de acordo para o pagamento de prestações determinadas que estavam em atraso, aceitando-a e cumprindo sua obrigação.

Todavia, o documento de fl. 28 dá a entender que a negativação questionada não teve ligação com essa transação, porquanto alude a valor (R\$ 536,00) diverso daquele que foi pago (R\$ 397,00).

Nesse sentido, a ré observou em contestação a disparidade entre esses dois parâmetros, destacando que o ajuste firmado atinava somente às prestações especificadas na proposta encaminhada e ressaltando a existência de outros débitos a cargo da autora.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Formulou por isso pedido contraposto, visando à condenação da mesma ao pagamento dessa dívida em aberto.

Como a autora negou em réplica a existência de tal dívida, a ré foi instada a juntar a documentação que a comprovasse (fl. 85, item 2), amealhando então os extratos de fls. 86/88.

Esclareceu então que os débitos diziam respeito a compras em lojas/estabelecimentos comerciais, mas ressaltou que não foi possível a obtenção dos tíquetes de compras em virtude do decurso do tempo.

Já a autora insistiu em negar a existência de qualquer dívida pendente de pagamento para com a ré (fls. 92/94).

O quadro delineado conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Com efeito, reputo que a ré não demonstrou satisfatoriamente sua condição de credora da autora.

O que apresentou a fls. 86/88 encerra mero indício a esse propósito, que entretanto não foi respaldado por outros – e indispensáveis – elementos de convicção que firmassem a certeza de que as aquisições mencionadas teriam efetivamente acontecido.

Aliás, soa no mínimo estranho que a ré cobrasse da autora dívida vencida posteriormente e se mantivesse inerte quanto a débitos pretéritos.

De qualquer sorte, diante da negativa da autora seria imprescindível que houvesse a devida demonstração por parte da ré sobre o assunto, mas como ela não sucedeu é de rigor a conclusão de que inexiste lastro a alicerçar a negativação da autora.

Sua exclusão é bem por isso medida que se impõe, o que conduz em consequência à rejeição do pedido contraposto formulado pela ré.

Esse panorama renderia ensejo também ao recebimento da indenização pleiteada pela autora, tendo em vista que o ato da ré lhe causou danos morais passíveis de ressarcimento.

No entanto, os documentos de fls. 35 e 41 levam a conclusão contrária.

Eles demonstram que a autora ostenta diversas outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e que ocorreram antes e depois dela, as quais não foram impugnadas.

Isso inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

*“Agravos Regimentais no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.”* (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. ARI PARGENDLER, 2ª Turma, j. 27/08/2008).*

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se acolhe, em consequência, o pleito no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação e **IMPROCEDENTE** o pedido contraposto formulado pela ré para o fim tornar definitiva a decisão de fl. 29.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**